

Plenário deve votar hoje três medidas provisórias

Projetos tratam de estímulo à exportação, de vantagens para a categoria previdenciária e da instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que substituirá o Provão



Roosevelt Pinheiro

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, afirmou que as medidas provisórias que estão trancando a pauta deverão ser votadas hoje para permitir o avanço do debate sobre projetos importantes para o país. Dentre eles, o senador destacou a nova Lei de Falências e a reforma do Judiciário, que considera essencial para a democracia. A pauta de hoje inclui autorização para empréstimo do BID à prefeitura de São Paulo.

Página 3

DELIBERAÇÕES Projeto que modifica o código de trânsito é um dos itens da pauta que poderá ser examinado pelos senadores

Senado apresenta programa de software livre

O projeto Solis – Software Livre no Senado – foi apresentado ontem no auditório do Interlegis com a presença da senadora Serys Slhessarenko, coordenadora da Frente Parlamentar pelo Software Livre. O Senado espera grande redução dos gastos com programas de computador, dentro do conceito de “tecnologia não-proprietária”.

Página 8



Márcio Kolumbe

BAIXO CUSTO Senado decidiu substituir o MSOffice pelo OpenOffice, a versão livre dos programas de automação de escritório

Plenário deve analisar recurso contra decisão de Sarney

Se a pauta for liberada com a votação de medidas provisórias, o Plenário poderá examinar hoje o parecer que aprovou a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar integrantes para a CPI dos Bingos caso os líderes partidários não o façam.

Páginas 4 e 5

Suassuna e Serys apóiam marcha de prefeitos

Marcha a Brasília em defesa dos municípios visa ampliar luta por mais recursos.

Página 8

Capiberibe alerta para catástrofes climáticas

Senador lê relatório no qual são previstas grandes calamidades para futuro próximo.

Página 2



POTENCIAL Aprovação de MP que reduz jornada pode gerar empregos, afirma Paim

Paim defende jornada de trabalho de 40 horas semanais

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a imediata aprovação de uma proposta de emenda à Constituição de sua autoria que determina a redução da jornada de trabalho das atuais 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários (PEC 75/03). Segundo ele, todas as lideranças sindicais reconhecem ser essa medida a forma mais rápida e eficaz de criar novos empregos e promover o crescimento na economia. Ele lembrou que a proposição já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

Levantamentos mostram que essa medida tem potencial para gerar 3 milhões de empregos, disse. Se for conjugada com a proibição de o trabalhador fazer horas extras em seu emprego, haverá mais 3 milhões de postos de trabalho.

Paulo Paim apresentou ainda congratulações pela passagem do 90º aniversário de Abdias Nascimento, ex-senador, professor e militante histórico do movimento negro pela superação das desigualdades raciais.

Agenda

Plenário pode votar projetos que trancam pauta de votações

A sessão de hoje, às 14h30, é destinada ao exame de três projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta de votações desde a última semana. Um deles (PLV 8/04) extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação; o outro (PLV 9/04) reestrutura a carreira previdenciária,

instituindo a carreira do Seguro Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); e o último (PLV 10/04) cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Somente depois de concluída a votação das propostas, o Plenário poderá examinar os demais itens da pauta.

Sarney conversa hoje com o presidente do STJ

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal. Às 11h, Sarney

conversa com o arcebispo designado de Aparecida (SP), dom Raimundo Damasceno Assis, e, às 12h, recebe o prefeito de Fortaleza, Juracy Magalhães.

Enriquecimento do leite em programas sociais

Projeto em discussão na Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje às 11h, prevê a obrigatoriedade de adição de micronutrientes ao leite distribuído em programas do governo. A medida (PLS 432/03) pretende evitar distúrbios nutricionais na população, especialmente nas crianças. Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota emenda ao projeto que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PLS 669/99) e solicitações de audiências públicas.



Alfabetização em empresas na pauta da CAE



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 10h, projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) – foto – que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace). A proposta (PLS 174/03) prevê benefícios

para empresas de construção civil que oferecerem cursos de alfabetização aos empregados. Em discussão, ainda, o relatório da Subcomissão da Dívida Pública, criada para acompanhar a evolução da dívida dos estados.

Presidente da Funai fala em audiência

O presidente da Funai, Mércio Gomes, participa de audiência pública, às 17h30, na comissão que trata das demarcações de terras indígenas em Roraima e Mato Grosso do Sul. Às 10h, a CPI da Exploração Sexual ouve os empresários Jandir e Arduíno Lodi. Os dois irmãos foram citados por testemunhas quando a CPI realizou audiência pública em Porto Alegre.



CMO deve votar relatório

O relatório do senador Sibá Machado (PT-AC) ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 deve ser votado hoje, a partir das 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A comissão analisa também avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pela instituição.

Programação regionalizada

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, que integra o Conselho de Comunicação Social, reúne-se hoje, às 14h30, para continuar a elaboração do parecer sobre o projeto da deputada Jandira Feghali que regulamenta a programação regional em emissoras de rádio e TV (PLC 59/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ALERTA Capiberibe relata estudo sobre clima e critica crédito para soja na região

Capiberibe cobra plano de desenvolvimento para a Amazônia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) leu em Plenário relatório atribuído ao Pentágono e publicado pela revista *Carta Capital* no qual são previstas grandes catástrofes climáticas para um futuro próximo. Diante dessas ameaças, o parlamentar pediu ao governo federal que seja implantado o plano de exploração economicamente sustentável anunciado para a região amazônica pelo presidente Lula.

O relatório foi publicado originariamente pelo jornal britânico *The Observer*. Produzido por pesquisadores e consultores do próprio Pentágono, o estudo coloca o rio Amazonas em perigo, ao lado do rio europeu Danúbio.

O texto elaborado pelo Pentágono vaticina que grandes cidades europeias irão desaparecer, sendo engolidas pelos mares. A Grã-Bretanha, em outra previsão sombria, passará a ter um clima siberiano até o ano 2020. O relatório assinala também para a iminência de conflitos nucleares, grandes secas, fomes e tumulto generalizado ao redor do mundo, vitimando milhões de pessoas.

Racionalidade

Capiberibe lamentou que o programa de desenvolvimento sustentado para a Amazônia anunciado por Lula em maio do ano passado ainda não tenha saído do papel. Segundo ele, ao combinar atividade econômica e preservação ambiental, o programa mostra “uma racionalidade a toda prova”.

O representante amapaense protestou pelo fato de o Banco do Brasil continuar financiando plantações de soja na Amazônia. Para ele, o avanço do desmatamento na região foi de 25 mil quilômetros quadrados em 2002, podendo ter sido ainda maior em 2003.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Projeto de Malta reforça combate à criminalidade



Malta propõe critério para acesso a verba

Os governos estaduais e do Distrito Federal só terão acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) caso tenham instituído um plano de segurança e estejam devidamente integra-

dos a um sistema de informação de combate à criminalidade que cubra todo o território brasileiro. É o que determina projeto de lei (PLS 310/03) de autoria do senador Magno Malta (PL-ES), a ser examinado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Fundo Nacional de Segurança Pública, instituído em 2001 no âmbito do Ministério da Justiça, tem por objetivo apoiar projetos destinados a combater a criminalidade em todo o país, além de incentivar projetos sociais de prevenção à violência. A proposta de Malta tem parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) e, se aprovado, segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciado em decisão terminativa.

A CAE, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), analisa também o relatório elaborado pela Subcomissão Temporária da Dívida Pública, criada em 2003 para acompanhar a evolução da dívida dos estados e propor alternativas legais capazes de reverter o quadro deficitário que penaliza a quase totalidade dos estados.

O relatório, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), sugere a apresentação de um projeto de lei destinado a autorizar a União a proceder à consolidação geral dos débitos dos estados, do DF e dos municípios junto à União.

Suassuna alerta para a existência de questões sérias a serem examinadas pelo governo, "pois a fragilidade financeira em que se encontram os estados põe em xeque o próprio pacto federativo, incluindo a partilha de recursos e o agravamento dos desequilíbrios econômicos regionais".



CONTEÚDO MPs em exame no Plenário tratam de exportação, seguridade e avaliação do ensino

Senadores decidem hoje sobre medidas provisórias

■ Para que a ordem do dia seja desbloqueada, Plenário precisa votar projetos de lei de conversão

O Plenário poderá votar hoje os três projetos de conversão que estão impedindo a deliberação sobre as demais propostas da ordem do dia. Um dos projetos altera a Medida Provisória 143/03, que extingue o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação (CFGE). As atribuições do órgão devem ser transferidas para a Câmara de Comércio Exterior (Camex), com o objetivo de garantir maior eficácia na aplicação dos recursos públicos de apoio às exportações.

Outro projeto se refere à MP 146/03, que reestrutura a categoria previdenciária, instituindo a carreira do Seguro Social.

A proposição fixa os vencimentos e as vantagens, e regulamentação a transposição, para essa carreira, de cargos efetivos, vagos e ocupados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Também figura na ordem do dia o projeto de conversão da Medida Provisória 147/03, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que substituirá o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. De acordo com a matéria, os cursos e as instituições de ensino superior também serão avaliados.

Prefeitura de SP

Caso a pauta seja liberada, os senadores poderão votar o Projeto de Resolução 68/03, que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100,4 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para obras de recupera-

ção do centro da cidade.

O Plenário também deverá decidir sobre o Projeto de Lei da Câmara 104/02, que modifica o Código de Trânsito Brasileiro com o objetivo de incluir na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) informações sobre o grupo sanguíneo, o fator RH e a decisão do condutor sobre doação de órgãos. Nove acordos internacionais também aguardam deliberação, entre os quais o que possibilitará a construção de uma ponte sobre o Rio Acre, ligando Brasil e Bolívia.

A pauta da ordem do dia prevê ainda o início da discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição 22/00, de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que torna obrigatória a execução da programação da lei orçamentária e considera crime de responsabilidade o seu não cumprimento.

Mercadante diz que pauta será liberada

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou, em entrevista, que as medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações da Casa deverão ser votadas hoje, para permitir a deliberação sobre assuntos que interessam ao país.

– Vamos negociar agora a Lei de Falências, para ver se a gente consegue concluir o relatório na Comissão de Assuntos Econômicos e iniciar a votação da reforma do Judiciário, que está há 11 anos no Congresso e é essencial para a democracia.

Indagado sobre as críticas que o presidente do PL, depu-



PRIORIDADE Mercadante quer apressar exame da proposta de reforma do Judiciário

tado Valdemar Costa Neto, fez ao ministro da Fazenda, Mercadante observou que o Brasil inteiro vê o trabalho de Antonio

Palocci, e reconhece sua competência e seriedade, assim como os resultados já obtidos pela política econômica.

– Com a herança extremamente difícil que o país recebeu, nós conseguimos ter a maior safra da história do Brasil no ano passado, o maior volume de exportações, gerando emprego, salário e a presença do Brasil no mundo. Tivemos o maior resultado comercial de toda a história do Brasil e uma melhoria substancial nas contas públicas. O Brasil ganhou credibilidade, e esse é o caminho que deve trilhar para crescer de forma sustentável.

Comissão examina novo relatório sobre o PPA

Alterado mediante uma errata do relator, senador Sibá Machado (PT-AC), para permitir a possibilidade de se tornar mais flexível o superávit fiscal ao longo dos próximos anos, o novo relatório sobre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 deve ser apreciado a partir das 14h30 de hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O PFL já manifestou a intenção de obstruir a votação. O representante do partido na comissão disse que o PPA só será votado se o governo conseguir impor sua maioria.

Segundo a errata redigida pelo senador, "estão em curso no governo discussões sobre a racionalização do computador dos investimentos em infra-estrutura nas metas fiscais dos próximos anos, bem como a introdução do critério do superávit anticíclico, que, quando necessário, poderão levar a revisões anuais do PPA".

Sibá foi indicado relator depois que, em reunião no dia 17 de fevereiro, a CMO rejeitou o parecer elaborado pelo primeiro relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), segundo o qual o superávit primário seria gradativamente reduzido ao longo dos próximos anos, até chegar a 3,25% em 2007.

O texto que será analisado pela Comissão Mista de Orçamento estabelece como objetivo o crescimento da economia de 3,5% neste ano. Entre as metas econômicas do projeto do Plano Plurianual estão a incorporação de 14 mil megawatts (MW) à capacidade instalada do setor elétrico, a restauração de rodovias, a construção de 2,4 mil quilômetros de ferrovias e a ampliação da capacidade portuária.

O projeto inclui metas sociais a serem alcançadas até 2007, como alfabetização de 16,3 milhões de pessoas, aumento para 10 milhões do número de alunos do ensino médio, redução da mortalidade infantil e oferta de serviço de esgoto a 58% da população, contra os atuais 51%.



Parecer de Sibá prevê superávit flexível

DENÚNCIAS

Caso a pauta seja desobstruída, senadores podem examinar parecer da Comissão de Justiça que confirma decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar nomes. Antero pede presença de todos que assinaram requerimento

Plenário pode votar hoje decisão sobre CPI dos Bingos

A polêmica sobre a indicação de integrantes para CPI destinada a investigar a atuação das casas de bingos pode ter seu último capítulo hoje. O Plenário deve votar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que na última quinta-feira

confirmou posição do presidente do Senado, José Sarney, de não fazer as indicações, deixando a incumbência para os líderes partidários. Para isso, é necessário, no entanto, que a pauta do Senado seja desobstruída com a votação de três projetos de lei de

conversão de medidas provisórias.

Os partidos governistas decidiram não fazer as indicações, inviabilizando a instalação da CPI, também destinada a investigar as denúncias que envolvem o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz.

Antero conclama senadores a derrubarem o parecer da CCJ

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) conclamou os 35 senadores que assinaram requerimento para instalação da CPI dos Bingos a comparecerem, em peso, hoje ao Plenário, para forçarem a derrubada do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que confirmou a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de não indicar os representantes dos partidos da base do governo para a CPI. Sarney indeferiu requerimento da oposição nesse sentido, que, então, recorreu à CCJ.



INVESTIGAÇÃO Para Antero, há fatos novos que exigem a criação de CPI no Senado

Antero ressaltou que muitos senadores da base governista disseram, exaustivamente, que, se houvesse fato novo sobre o caso Waldomiro ou a questão dos bingos, eles poderiam assinar o requerimento de CPI.

– Fatos novos há, aos borbotões, nas edições de hoje e do fim de semana dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Em seus depoimentos à Polícia Federal, ex-diretores da Gtech revelaram que Waldomiro apresentou, em 2003, exigência de pagamento de R\$ 20 milhões para uma empresa de consultoria que era de um ex-assessor do hoje ministro [da Fazenda] Antonio Palocci, um tal de Rogério Buratti – assinalou o senador.

Antero observou que diretores da Caixa Econômica Federal mentiram ao Senado Federal, omitindo documentos e provas sobre descontos na renovação de contrato da Gtech com a Caixa.

– Pior: essas informações chegaram ao Senado assinadas

pelo ministro Palocci. Esses fatos configuram crime de responsabilidade, mesmo que o ministro não tenha agido de má fé. Exigência de pagamento de propina, omissão de documentos por parte de autoridades do governo, esses são fatos novíssimos, ocorridos em 2003, em pleno governo do PT – destacou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Antero reafirmou que somente uma CPI terá poderes para examinar, a fundo, todas essas denúncias, uma vez que “desde a CPI de PC Farias, nunca houve, no Senado da República, tantos fatos graves juntos a exigirem investigação”.

Cristovam

O parlamentar também cobrou explicações do governo sobre uma possível campanha para desacreditar o ex-ministro da Educação, senador Cristovam Buarque (PT-DF). Para ele, “o Senado não pode aceitar a continuidade da chantagem contra detentor de mandato eletivo. Se existem fatos desabonadores sobre o senador,

que sejam divulgados”.

De acordo com Antero, a campanha teve início em fevereiro, quando a *Folha de S. Paulo* publicou nota segundo a qual o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teria elaborado um dossiê contra Cristovam. Antero lembrou ter apresentado pedido de informações sobre o assunto, enviado a Dirceu, mas ainda não obteve resposta.

Conforme Antero, o caso teve desdobramentos com correspondência do novo ministro da Educação, Tarso Genro, enviada ao controlador-geral da República, Waldir Pires, pedindo uma completa auditoria nos processos e contratos de prestação de serviços terceirizados celebrados pelo Ministério da Educação, na administração de Cristovam Buarque.

– Se há dossiê contra ele, o Senado precisa conhecer seu teor. Se há um pedido de auditoria nas contas, pelo novo ministro, temos o direito de conhecer os fatos que levantaram suspeitas. Se não existem fatos concretos, essa chantagem contra um homem honrado como Cristovam Buarque precisa parar – protestou.

Em resposta a Antero, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), no exercício da presidência da Mesa, esclareceu que o pedido de informações ao ministro José Dirceu foi enviado no dia 11 de março último, depois de ter sido aprovado pela Mesa. Ele lembrou ainda que o ministro dispõe do prazo de 30 dias para responder.



PRIORIDADES Líder do PT, Ideli lembra que existem outros assuntos de interesse do país

Oposição tem feito “samba de uma nota só”, critica Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que, se as oposições tiverem sucesso e levarem o presidente da Casa a indicar os membros da CPI dos Bingos, a base do governo tem maioria e evitará o seu funcionamento.

– Fico questionando se tudo isso não acaba sendo algo para manter o samba de uma nota só, que estamos assistindo há um mês no Plenário – sustentou, referindo-se aos discursos sobre a CPI e o caso Waldomiro.

Ideli assinalou que, apesar da insistência dos oposicionistas de tratarem apenas desses dois assuntos, existem fatos impor-

tantes acontecendo no Brasil, como foi o anúncio do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, de que pode sair até outubro o acordo entre o Mercosul e a Comunidade Européia.

Ela leu também trechos de nota de 11 associações e sindicatos ligados a trabalhadores do serviço público, na qual defendem o Grupo Executivo de Assistência Patronal (Geap) e sustentam que os associados não querem a fundação como plano de saúde comercializável. A nota diz que o plano Geap não é obrigatório e, se os servidores não optaram por outros planos de saúde, “é porque eles são caros, inacessíveis à maioria” dos funcionários.

Ideli ainda leu nota divulgada pelo PT congratulando “o povo da Espanha e o Partido Socialista Operário Espanhol” por sua vitória nas eleições do domingo.

No mesmo pronunciamento, a parlamentar salientou que a greve dos policiais federais é motivada pelo descumprimento de uma legislação “do governo passado, de 1996”.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou uma indisciplina o estande montado pelos grevistas da Polícia Federal à porta do Ministério da Justiça, de onde são comandados manifestos, inclusive com a explosão de fogos.

José Jorge quer ouvir presidente e diretores da Caixa



SUSPEITAS Prorrogação do contrato com a Gtech precisa ser esclarecida, cobra José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou em Plenário requerimento propondo a convocação do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e de outros dirigentes da instituição, para que eles expliquem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a prorrogação de contrato entre a Caixa e a empresa Gtech para exploração do serviço de loterias.

Segundo o parlamentar, a prorrogação do contrato está envolta na nuvem de suspeitas que gerou as denúncias contra o ex-assessor da Presidência da República Waldomiro Diniz.

“O Senado Federal, desde a última semana, tem sido impedido de exercer sua prerrogati-

va constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo. O governo, a todo custo, tenta sepultar a CPI dos Bingos. Não podemos nos omitir na nossa obrigação constitucional de trazer ao debate as denúncias de irregularidades para as quais a sociedade brasileira ainda não obteve qualquer resposta satisfatória”, afirma José Jorge em seu requerimento.

DENÚNCIAS

Alvaro Dias e José Agripino comentam em Plenário suposta ligação de ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto com Waldomiro Diniz. Almeida Lima diz que vai fazer quem o agrediu “engolir palavra por palavra”

Agripino: ação de Buratti reforça necessidade de CPI

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse ontem que o surgimento de mais um nome no caso Waldomiro Diniz, o do “consultor” Rogério Buratti, reforça a necessidade da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. A CPI tem 27 assinaturas, mas os líderes dos partidos que apóiam o governo decidiram não indicar seus representantes, o que impede o funcionamento da comissão.

Ele observou que uma série de pessoas com comportamento suspeito ou irregular são ligadas ao PT e entre si, o que os faz lembrar um produto típico das praias nordestinas: a corda de caranguejo, usada para a venda desses animais ainda vivos. Agripino questionou o por



DECISÃO José Agripino anuncia que oposição vai recorrer ao Supremo para instalar a CPI

quê de Buratti ter sido demitido do cargo de assessor de Antonio Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto (SP), sob acusação de irregularidades, e depois continuar prestando assessorias a várias prefeituras do Parti-

do dos Trabalhadores.

Em depoimento à Polícia Federal, funcionários da Gtech, multinacional que tem contrato com a Caixa Econômica Federal para a administração de loterias, disseram que Waldomiro tentou conseguir a participação de Buratti no negócio como consultor.

Agripino disse que só resta à oposição dois caminhos: recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que o presidente do Senado, José Sarney, indique membros dos partidos na CPI e votar projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), de 1999, que deixa clara a obrigação de o presidente da Casa fazer a designação dos integrantes do colegiado, no caso de recusa ou omissão dos líderes.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



REAÇÃO Almeida Lima repele acusação de que provocou queda da Bolsa de Valores

Almeida Lima questiona declarações do presidente do BC

O senador Almeida Lima (PDT-SE) ocupou ontem a tribuna para questionar os líderes da base do governo se eles não consideram “também irresponsável” o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, cujas declarações fizeram a Bolsa de Valores cair 4,43% na semana passada. Ele lembrou que os líderes governistas o agrediram há menos de 15 dias pelo seu discurso sobre o caso Waldomiro Diniz “como se tivesse feito algo tão ruim como a explosão do World Trade Center”.

– Os líderes do governo me agrediram como se eu tivesse sido o responsável pela contratação de Waldomiro Diniz. O bandido foi contratado pelo Palácio do Planalto e não pelo meu gabinete. Admito que errei ao alertar a imprensa sobre meu discurso, o que gerou expectativas – sustentou Almeida Lima, que citou nominalmente os líderes Aloizio Mercadante (PT-SP), Ideli Salvatti

(PT-SC), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

O senador observou que, depois que a Bolsa caiu com as declarações do presidente do Banco Central, não viu Mercadante se pronunciar, nem Ideli, “de forma apoplética, acusar ninguém de leviano ou irresponsável”.

Almeida Lima leu manchete do jornal *O Globo*, na qual o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirma que o “caso Waldomiro não abala a economia”.

– Quem está errado? O senador Aloizio Mercadante, ao me atacar, disse que minha atitude afetava a economia do país. O ministro Palocci diz exatamente o contrário – continuou o representante sergipano.

O senador disse que o governo, ao responder seu discurso, “não usou uma dose cavalare de agressões, mas dose para dinossauro”. Ele acrescentou que o caso Waldomiro Diniz “não vai acabar tão cedo”.

– Vou fazer quem me agrediu engolir palavra por palavra. Fizem comigo como se fez com os cassados por corrupção no passado. Quem deve explicações ao país são os senhores. Repito: Waldomiro Diniz foi contratado pelo Planalto e não pelo meu gabinete – afirmou.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o modelo econômico “do governo do PT, tão frágil como um castelo de cartas, que cai com qualquer ventania”. O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que Almeida Lima foi “injustiçado pela mídia” nos dias seguintes ao seu discurso “como aconteceu com Juscelino Kubitschek, pela ousadia de construir Brasília e tirar a capital do Rio de Janeiro”.

Para Alvaro Dias, fatos novos revelam conexão entre autoridades e acusados

Novos fatos divulgados na imprensa na semana passada estabelecem a conexão entre autoridades do governo federal e empresários envolvidos em atos de corrupção, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele se referia à revelação de diretores da Gtech de que a renovação do contrato da multinacional com a Caixa Econômica Federal foi intermediada por Waldomiro Diniz, que sugeriu a contratação da consultoria de Rogério Buratti, ex-secretário de Antonio Palocci quando prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Alvaro Dias indagou quem determinou a Waldomiro a indicação de Buratti, já que este nega que conhecia o ex-assis-



DENÚNCIA Alvaro lembra que Buratti deixou cargo sob suspeita de irregularidade

sor de José Dirceu. Para o senador, essa é mais uma questão não respondida pelo governo que precisa ser esclarecida em uma comissão parlamentar de inquérito.

Buratti era considerado o homem forte da gestão de Palocci em Ribeirão Preto (1993/1996) e deixou o cargo em 1995, após suspeitas de irregularidades na contratação de obras públicas, afirmou Alvaro Dias.

Segundo o parlamentar, em vez de Rogério Buratti ser punido, foi premiado com a criação de duas empresas que prestam consultoria a pelo menos sete prefeituras do PT. A empresa Leão & Leão, dirigida por Buratti, foi a maior financiadora da campanha de Palocci, em 1998, acrescentou o senador paranaense.

Alvaro Dias agradeceu ainda a solidariedade recebida por ocasião do falecimento de sua mãe, na última quinta-feira.

Infra-Estrutura vota requerimentos para audiências públicas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve analisar hoje, a partir das 14h30, dois requerimentos para a realização de audiência pública sobre denúncias de desvios de recursos destinados a obras rodoviárias, com a presença do ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto. Os requerimentos são de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e do presidente do colegiado, senador

José Jorge (PFL-PE).

Quatro outros requerimentos estarão em pauta na comissão. O primeiro deles, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), solicita audiência pública para discussão dos critérios de formação dos comitês de bacias hidrográficas dos rios de domínio da União. O senador José Jorge pede a presença do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra,

para prestar esclarecimentos sobre a aquisição das plataformas P-51 e P-52. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) propõe audiência sobre a fusão entre a Varig e a TAM.

A comissão analisará ainda emenda de Plenário – com parecer pela rejeição, apresentado pelo senador João Tenório (PSDB-AL) – ao PLS 669/99, que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos.

CAS apura denúncia de favorecimento ao Geap em planos de saúde para servidores

As supostas irregularidades e o favorecimento ao Grupo Executivo de Assistência Patronal (Geap) na regulamentação dos planos de saúde dos servidores públicos, conforme noticiário dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense* dos dias 7 e 8, respectivamente, serão debatidos amanhã, a partir das 10h, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Devem participar da discussão a diretora-executiva do Geap, Regina Parizi Carvalho, o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde

Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg), João Elísio Ferraz de Campos, o presidente da Unimed, Celso Corrêa de Barros, o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, e a assessora jurídica da Casa Civil da Presidência da República, Denise Abreu.

A audiência foi proposta por Tião Viana (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Mão Santa: investimento do governo é “uma vergonha”

Senador lamenta que 75% dos valores liberados só deram para pagar prestação de avião presidencial

O senador Mão Santa (PMDB-PI) considerou “uma vergonha” que o governo tenha liberado pouco mais de R\$ 62 milhões dos investimentos previstos para este ano (fora restos a pagar de 2003) e que, desse valor, o pagamento de uma das prestações do novo avião do presidente da República tenha consumido 75% das liberações feitas até a semana passada.

– Como diz aquele comentarista político da televisão: “Isto é uma vergonha!” Presidente



EQUÍVOCO Mão Santa sugere a Lula gastar dinheiro do avião com a área social

Lula, vamos devolver esse avião e gastar o dinheiro na área social – recomendou.

Os valores, de acordo com o senador, foram publicados pelo

jornal *Folha de S. Paulo* desse domingo. Além dos R\$ 62 milhões (R\$ 46,9 milhões para o avião), o governo liberou R\$ 133 milhões de restos a pagar do ano passado.

O senador leu estudo de uma consultoria mostrando que a arrecadação por pessoa subiu no ano passado em 3,89%, conforme reportagem da revista *IstoÉ Dinheiro* desta semana. Informa ainda a matéria que, no ano passado, foram criadas 15 obrigações tributárias no país, envolvendo estados, municípios e a União.

O resultado da convenção nacional do PMDB no último domingo, segundo o senador, mostrou que o partido tem chances de apresentar candidatura própria a presidente da República em 2007.

Maguito diz que PMDB está unido para eleição

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ocupou a tribuna ontem para dizer que seu partido deu grande demonstração de unidade na convenção nacional realizada no domingo. Ele ressaltou que o PMDB, nas próximas eleições de outubro, decidiu lançar candidatos próprios em todos os municípios para as prefeituras e câmaras de vereadores.

Segundo Maguito, há muitos anos o partido não manifestava tal unidade de posições e propostas numa convenção, da qual participaram governadores, prefeitos, deputados, sena-

dores e militantes.

Ele disse que o PMDB tem compromisso com a governabilidade e, por isso, colaborará com o governo do PT em tudo que for possível. Para o partido, assegurou, é importante que o governo acerte e encontre mecanismos para garantir o crescimento econômico e a geração de empregos, porque os acertos beneficiarão o povo brasileiro.

– Ao PMDB não interessa o “quanto pior, melhor”. Vamos eleger um bom número de candidatos, lutando lado a lado com o PT – concluiu.



CRESCIMENTO Maguito prevê que PMDB vai lançar candidatos próprios em todo o país

Eduardo destaca trabalho de mulheres

Ao registrar a passagem do Dia Mundial do Consumidor, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) homenageou ontem três mulheres que atuam na defesa dos direitos do consumidor e da cidadania. Ele também lembrou que projeto de resolução de sua autoria, que cria a Comissão de Defesa do Consumidor no Senado, já conta com parecer favorável do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eduardo homenageou a diretora do Procon no Tocantins, Luciene Dantas, pelas parcerias com a Associação Comercial e o Clube de Diretores Lojistas na implantação de cursos de capacitação de lojistas. Ele também citou a fundadora do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e ex-diretora do



EXEMPLOS Eduardo lembra atuação das homenageadas em defesa do consumidor

Procon de São Paulo, Marilena Lazarini, lembrando que Marilena foi eleita presidente do Consumers International, que reúne mais de 250 associações de consumidores no mundo.

A terceira homenageada foi a representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Reiko Niimi. O senador solicitou à Mesa a transcrição de artigo de Reiko publicado ontem pelo jornal *O Globo*, intitulado “Os sem nome”. No artigo, a representante do Unicef apresenta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que a cada ano 600 mil crianças brasileiras são privadas do direito de ter um registro oficial de nascimento.

O senador sugeriu que o presidente Lula e o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, realizem mutirão no próximo dia 12 de outubro, Dia da Criança, para emitir certidões de nascimentos para quem não tem qualquer registro.



RECONHECIMENTO Sarney conversou com diretores da OAB e do Sindicato dos Trabalhadores do Ministério da Fazenda

Sindicato do Amapá pede apoio a Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Amapá, Washington Caldas, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ministério da Fazenda naquele estado, Mair Paula Rodrigues, que vieram pedir o seu apoio para o reconhecimento dessa associação de servidores.

Eles argumentaram junto ao presidente do Senado que o reconhecimento do sindicato envolve uma questão social, em

razão de consistir na admissão do registro de mais de 15 mil servidores públicos do Ministério da Fazenda no estado do Amapá.

Washington Caldas e Mair Rodrigues pediram que Sarney interfiria junto ao Ministério do Trabalho para que o sindicato obtenha seu registro, ainda que provisoriamente. De acordo com o presidente da OAB do Amapá, Sarney prometeu conversar com o secretário do Trabalho desse ministério sobre o assunto.

Senado faz homenagem a ex-deputado paraibano

O Senado aprovou requerimento apresentado pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) solicitando voto de pesar para a família do ex-deputado federal Álvaro Gaudêncio Filho, falecido no último dia 12, aos 74 anos, em Campina Grande (PB), vítima de acidente vascular cerebral.

O ex-parlamentar integrou a Câmara dos Deputados por quatro mandatos consecutivos. Efraim enalteceu a “profícua carreira pública” de Álvaro Gaudêncio, que também foi promotor público, advogado militante e prefeito municipal. De acordo com o senador, o ex-deputado foi um exemplo de dignidade, com “um espírito público incontestável”.

Ao justificar seu requerimento, o representante da Paraíba assinalou que o ex-deputado foi “um político habilidoso, leal, solidário aos amigos e aos seus ideais” e destacou sua ligação com Antonio Mariz, ex-governador da Paraíba.

Apesar de ter ocupado altos postos da administração pú-

blica, acrescentou Efraim, Álvaro Gaudêncio era “uma pessoa simples, de bom trato, admirado até pelos adversários”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu para subscrever o requerimento, que, para ele, faz justiça a “um paraibano de família ilustre”.

Presidindo a sessão, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que o voto de pesar seguirá para a família enlutada, com a associação da Presidência da Casa.

Em comunicação inadiável, o senador José Maranhão (PMDB-PB) associou-se ao requerimento de pesar apresentado pelo senador Efraim Morais pela morte de Álvaro Gaudêncio Filho.

De acordo com o parlamentar, a morte de Álvaro Gaudêncio Filho abalou a sociedade paraibana, particularmente o meio político, “onde ele era muito querido e admirado por todos os que o conheciam”.

O senador José Maranhão ressaltou que se associava, assim, a toda a bancada paraibana no Senado.



RESULTADO Ana Júlia observa que campanha promovida por brasileiros surtiu efeito

Brasil retoma direitos sobre a marca cupuaçu, celebra Ana Júlia

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou a decisão do governo japonês de cancelar o registro da marca "cupuaçu" como de propriedade da empresa Asahi Foods, que foi formalizada em Tóquio na segunda-feira da semana passada. A indústria, que pode recorrer da medida, havia obtido os direitos para exploração comercial no Japão e na Europa do nome da fruta típica da região amazônica em 1998, mas o fato só foi descoberto pelo Brasil em 2002, quando produtores rurais paraenses tentaram fechar um contrato de exportação de produtos à base de cupuaçu para a Alemanha. Segundo a senadora, a decisão tomada pelo governo japonês é uma "vitória do povo brasileiro e especialmente do povo da Amazônia".

– Desencadeamos uma campanha contra a marca requerida pela empresa japonesa, mobilizando organizações não-governamentais, como a Amazonlink e o Grupo de Trabalho Amazônico, além de órgãos oficiais, como o Ministério das Relações Exteriores e o próprio Congresso Nacional. A mobilização em defesa do nosso cupuaçu surtiu efeito – afirmou a senadora.

Renan sugere reflexão sobre atentado em Madri

■ Para senador, há "muitos pontos de interrogação na política de combate ao terrorismo"

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sugeriu ontem que, embora o momento seja de indignação, é preciso refletir sobre o atentado terrorista ocorrido em Madri na quinta-feira passada, que matou 200 pessoas. Segundo ele, é um momento que coloca "muitos pontos de interrogação na política internacional de combate ao terrorismo".

– Eu, aqui desta tribuna, já alertava no ano passado, e nunca é demais lembrar, que uma guerra aumentará o ódio aos Estados Unidos, com consequências previsíveis sobre o conflito israelense-palestino, desencadeando novos atos de terror pelo mundo – recordou.



ALERTA Renan Calheiros destaca que guerra aumenta o ódio aos Estados Unidos

Renan também disse que, caso fique comprovada a autoria da Al Qaeda, o jogo político em todo o mundo será turvado pela guerra ao terrorismo.

– Pior: qualquer um pode ser o próximo alvo, na absurda irracionalidade do terror. Madri não mais voltará a ser a mesma cidade, pois em sua memória

ficará gravada a desmedida barbárie – assinalou.

Convenção

O senador ainda ressaltou a realização da convenção do PMDB, no domingo, que elegeu a nova direção nacional do partido. "Em clima de festa, mas também de apreensão em relação a alguns rumos de nossa economia, realizamos a convenção mais disciplinada e pacificada de todos os tempos", afirmou.

– O partido está no governo e continuará apoiando suas medidas sempre que necessário. Reafirmamos nosso compromisso com a governabilidade, com a retomada do crescimento econômico do país e com a geração de empregos. O ano de 2003 foi importante porque conseguimos debelar a escalada inflacionária. Mas agora precisamos flexionar a ortodoxia da economia, sem abandonar o rigor e a responsabilidade monetária – declarou.



SEGURANÇA Romeu Tuma diz que controle do Brasil sobre Amazônia é fundamental

Romeu Tuma comemora os 37 anos da Suframa

Ao homenagear os 37 anos de criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que as políticas por ela desenvolvidas na melhoria da infra-estrutura da Amazônia Ocidental, além de aumentar a qualidade de vida das populações locais, contribuem para o aumento da segurança e do controle do Brasil sobre o mais rico ecossistema mundial.

– A integração da fronteira norte do país e a interiorização do desenvolvimento promovidas pela Suframa não são apenas desejáveis, são fundamentais e estratégicas.

De acordo com o senador, a Suframa vem conseguindo sucessivos êxitos tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. Ele destacou que a Federação Mundial de Zonas Francas elegeu a Zona Franca de Manaus como uma das três que apresentam melhor desempenho entre as mais de mil existentes no mundo.

Tuma elogiou o trabalho de Flávia Skrobat Barbosa Grosso na direção da Suframa, dizendo que sua ação tem contribuído para o sucesso dessa política de desenvolvimento.

Suplicy lê nota de apoio do PT ao governo eleito na Espanha

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem nota oficial em que o Partido dos Trabalhadores congratulou o povo espanhol pela eleição do socialista José Luis Zapatero para o cargo de primeiro-ministro da Espanha. Na opinião do PT, a expressiva maioria conferida ao Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) revela reprovação ao governo atual, chefiado pelo conservador José Maria Aznar, que apoiou a guerra no Iraque contra a vontade da população.

"O PT deseja que a vitória dos socialistas na Espanha sirva



ADVERTÊNCIA Suplicy lembra que George W. Bush foi alertado para riscos de invasão do Iraque

como um momento de reflexão para os líderes mundiais e que seja também uma demonstração de que os povos do mundo

todo não querem as guerras e nem o terrorismo", diz a nota assinada pelo presidente nacional do partido, José Genoíno, e pelo secretário de Relações Internacionais, deputado federal Paulo Delgado.

Segundo o documento, o combate ao terrorismo é importante, mas essa luta exige medidas mais eficazes, e não pode contrariar os princípios democráticos. Conforme Suplicy, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, foi alertado para a necessidade de resolver o conflito com o Iraque sem violência.

Comissões discutem criação do Parlamento do Mercosul

O presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), deputado Doutor Rosinha (PT-PR), o vice-presidente, senador Pedro Simon (PMDB-RS), e os deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Oliveira Filho (PSDB-PR) integram o grupo que irá discutir uma proposta definitiva de Parlamento do Mercosul com as representações da CPCM da Argentina, Uruguai e Paraguai. Não

existe data prevista para a conclusão dos debates, mas a expectativa é de que até junho as seções nacionais definam um projeto comum do futuro Parlamento do Mercosul.

– Só o Parlamento do Mercosul dará uma identidade política para a integração regional – disse ontem o deputado Doutor Rosinha.

Os parlamentares irão analisar a proposta de Parlamento do

Mercosul elaborada por iniciativa de cada uma das quatro seções parlamentares nacionais.

O projeto elaborado por consultores legislativos, a pedido da seção brasileira da CPCM, prevê que os integrantes do futuro parlamento podem, na primeira legislatura, ser membros dos legislativos instalados em cada um dos países do bloco. Posteriormente, os parlamentares do par-

lamento regional seriam eleitos pelo voto direto.

– O importante é que o futuro parlamento tenha uma representação equilibrada e que represente os anseios integracionistas das populações de cada um dos países – afirmou Doutor Rosinha.

Na última reunião de presidentes das comissões parlamentares conjuntas, em Montevidéu, decidiu-se criar duas subcomissões:

uma para tratar da situação dos imigrantes do Mercosul na União Européia e dos imigrantes europeus no Mercosul, e outra sobre turismo.

Doutor Rosinha participa, a partir de amanhã, em Puebla (México), do Encontro entre Parlamentares da América Latina e Caribe com o Parlamento Europeu no marco da 3ª Cúpula União Européia-América Latina e Caribe.

Suassuna apóia prefeitos que exigem mais recursos

■ Chefes de executivos municipais começam a chegar hoje a Brasília. Eles vêm pedir mais dinheiro para obras

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solidarizou-se ontem com os prefeitos que se preparam para a 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que ocorrerá esta semana. O objetivo do evento, que é organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), é dar continuidade à luta por mais recursos. Ele lembrou que as prefeituras recebiam, em 1988, 25% do total de impostos arrecadados, e hoje recebem 15%.

Suassuna informou que, no último fim de semana, a Paraíba



SOLIDARIEDADE Suassuna: "Pessoas vivem em cidades e precisam de água e esgoto"

ba acolheu um encontro preparatório para o evento nacional, acrescentando que "houve um grande clamor por parte dos prefeitos" diante das dificulda-

des por que passam os municípios brasileiros. O senador citou como exemplo o caso do município de Mulungu, que recebia R\$ 125 mil por mês e que nos últimos meses tem recebido R\$ 25 mil.

O senador ainda disse que 60% das prefeituras na Região Nordeste estão com as respectivas folhas de pagamento atrasadas.

Em alguns casos, o atraso chega a 13 meses, enquanto no Sul e Sudeste o atraso atinge 40% das prefeituras. Além disso, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sofreu uma queda na arrecadação de 19% em fevereiro.

– É impossível continuar como está. As pessoas vivem em cidades e precisam de serviços como coleta de lixo, água e esgoto – concluiu.

Marcha fortalece poder municipal, diz Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou ontem a importância da realização da 7ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Ela disse que o evento será uma boa oportunidade para defender o fortalecimento do poder local, particularmente o poder de definição de determinadas políticas e a descentralização dos recursos. Serys lembrou que a reforma tributária estabeleceu alguns avanços, mas é preciso ir mais além. Ela anunciou que

a bancada de Mato Grosso vai reunir-se com os prefeitos da região.

Ela também comunicou ao Plenário que havia acabado de participar do lançamento do projeto Solis, iniciativa do Senado coordenada pelo Prodasen (Secretaria Especial de Informática). De acordo com a senadora, o projeto prevê a adoção do *software* livre pelo Senado Federal e, no prazo de três anos, os atuais *softwares* proprietários poderão ser substituídos pelos de código-fonte aberto. A parlamentar ressaltou

que a medida vai gerar uma economia de cerca de R\$ 3,5 milhões anuais ao Senado porque o novo sistema não requer o pagamento de taxa de utilização (*royalties*).

Como presidente da Frente Parlamentar pelo *Software* Livre e Inclusão Digital, a senadora disse se orgulhar do projeto do Senado, já que a medida vai ampliar as possibilidades de liberdade econômica e poderá se firmar como um exemplo para que as demais esferas do poder público também adotem o *software* livre.

Senadora destaca papel de educadoras

O papel da mulher como educadora foi ressaltado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), em homenagem às mulheres pelo seu dia, comemorado no dia 8. A senadora lembrou que 2004 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser dedicado à família, ressaltando que é na família, e no papel destacado da mulher na organização familiar, que está a chave para a resolução de uma série de questões que hoje brutalizam a relação humana e causam a inseguran-



CRENÇA Maria do Carmo: "Para melhorar o mundo é preciso investir na mulher"

ça, a violência e o desamor.

Maria do Carmo citou o livro *Fantasmas dos Berçários*, no

qual são analisadas entrevistas com adolescentes norte-americanos condenados por assassinato, ressaltando que quase todos foram vítimas, nos primeiros anos de vida, de algum tipo de violência.

A senadora enfatizou que, para melhorar o mundo, é preciso investir na mulher, dando-lhe atenção integral desde o período de gestação. Para Maria do Carmo, a educação, área em que sugere investimentos públicos expressivos, deve ser a base das reflexões no Dia Internacional da Mulher.

Para Tebet, economia é assunto para o Congresso

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apontou ontem que o fórum ideal para a discussão da política econômica é o Congresso Nacional e comunicou que a Comissão de Assuntos Econômicos aguarda há 15 dias do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, resposta ao convite da comissão para debaterem o assunto. Tebet, que é presidente da CAE, manifestou sua preocupação com o rumo da economia e lembrou que, às vésperas de o Comitê de Política Econômica (Copom) se reunir para decidir sobre as taxas de juros, a aflição da população aumenta.

De acordo com o senador, na convenção realizada pelo PMDB no último fim de semana, os discursos proferidos patentearam preocupação com o crescimento econômico. Para ele, se o Copom não baixar os juros, significará optar pela continuidade da recessão, "que vem tornando gigantescas as filas do desemprego".



CONVITE Tebet aguarda resposta de Palocci e Meirelles para debate na CAE

– Se o Copom não reduzir as taxas de juros, o desapontamento será inevitável – afirmou Ramez Tebet.

O senador ponderou que, se é verdade que a simples redução dos juros não tem o poder de permitir a retomada do crescimento econômico, ninguém duvida de que será um grande passo nesse sentido. Tebet pediu ousadia ao governo e alertou que a classe média é a mais prejudicada pela condução da economia.

Senado apresenta programa de software mais ágil e barato

O projeto Solis – *Software* Livre no Senado – foi apresentado no auditório do Interlegis ontem, com a presença da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora da Frente Parlamentar pelo *Software* Livre. O Solis é o projeto de implementação da plataforma de *software* (programa de computador) livre no Senado.

Conforme decisão da presidência do Senado, haverá a substituição do MSOffice pelo OpenOffice, a versão livre dos programas de automação de escritório. Com isso, espera-se uma grande redução dos gastos da instituição com programas de computador, dentro do conceito de "tecnologia não-proprietária".

O Interlegis, programa desenvolvido pelo Congresso Nacional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), traçou como meta a modernização e inte-



INTEGRAÇÃO Serys participou da apresentação do projeto do Interlegis

gração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal. Attingir esse objetivo ao menor custo possível é a tarefa diária de Paulo Fernandes de Souza Júnior, coordenador de Desenvolvimento de Tecnologia do programa.

– Todas as nossas soluções estão sendo desenvolvidas a partir de *softwares* livres. Como nossa meta é distribuir um sistema que seja usado por mais de 5 mil casas legislativas em todo o país, imagine o custo se empregássemos os *softwares* proprietários – explicou Paulo Fernandes.